

# De volta ao futuro (anunciado): Quando a prática vira discurso nos projetos habitacionais brasileiros

Débora Cavalcanti<sup>a</sup>

## Resumo

Os anos de 1990 no Brasil representaram uma nova fase democrática com a implementação de projetos urbanos e habitacionais que envolviam participação popular, tecnologias adaptadas, autoconstrução e autogestão em políticas públicas inovadoras. O que foi prática, naquele momento, se transfigura, desaparece e reaparece em forma de discurso, tal como a Nova Agenda Urbana, demonstrando a dificuldade em implementar uma política consistente pró-pobres, que seja democrática, participativa, inclusiva, redistributiva de riquezas e equilibrada ambiental e culturalmente. Este artigo revisita o futuro anunciado nos anos de 1990, retirando lições do percurso realizado e sugerindo novas (velhas) ideias a serem (re) tomadas.

## Palavra-Chave

Direito à Cidade; Nova Agenda Urbana; Política Urbana.

## Abstract

The 1990s in Brazil represented a new democratic era and brought a breath of fresh air, with urban and housing projects being undertaken that involved the participation of the public, adapted technologies, self-construction and self-management in innovative social policies. What was put into practice in that period is now resurfacing in discussions and debates such as the New Urban Agenda. It underlines the difficulty of implementing a coherent policy that caters for the interests of the poor, while being democratic, participative and inclusive as well as involving the redistribution of wealth and being culturally and environmentally balanced. This article looks back on the kind of "future" that was being heralded in the 1990s and seeks to learn lessons from the pathway that was followed at that time.

## Keywords

Right to the City; New Urban Agenda; Urban Policy.

## De volta ao futuro anunciado

A década de 1990 no Brasil, em termos de desenvolvimento urbano, trouxe o entusiasmo de uma nova fase democrática com avanços na condição urbana através dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã. Foi tempo de implementação de ideias e projetos que envolviam participação popular, tecnologias adaptadas, incentivo à autoconstrução e à autogestão, bem como de fortalecimento de organizações não governamentais (ONGs) de desenvolvimento urbano como espaço de experimentação, à escala micro, e de demonstração de possíveis mudanças nas políticas públicas, à escala macro.

No momento atual, em que se observa, pelo mundo, um forte ataque aos direitos humanos,

a visão do que acontecia nos anos de 1990 aparece como miragem para aqueles que estiveram envolvidos em pesquisas ou ações de luta pelo direito à cidade nos bairros e comunidades pobres do Brasil. Os movimentos sociais, as ONGs, as universidades e os fóruns de discussão comprometiam-se em defender uma urbanização que permitisse o desenvolvimento integral da população, principalmente da mais pobre. Falo aqui na primeira pessoa pois, naquele momento, tive a oportunidade de colocar em prática ideias e métodos ao construir casas em mutirão<sup>1</sup> com famílias no Nordeste brasileiro, bem como de participar ativamente num programa de provisão de habitação de interesse social que compreendia uma série de dispositivos, envolvendo tecnologias construtivas, sociais, financeiras e

<sup>a</sup> Arquiteta, doutora em Planejamento Urbano pela *London School of Economics and Political Science* (LSE-UK), Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU/UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. Email: debora\_cavalcanti@hotmail.com

<sup>1</sup> Nome dado no Brasil às mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente, originalmente para o trabalho no campo, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema rotativo e sem hierarquia.

educacionais para o desenvolvimento de bairros e comunidades. Entre os dispositivos do programa dirigi um projeto intitulado Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular (EPUPP)<sup>2</sup> que, numa postura autonomista (Souza, 2016; Baschet, 2014), procurava intervir na matriz de poder ao imaginar e procurar construir um outro modo de habitar o mundo (Walsh, 2017).

Passados 20 anos desta experiência, lanço o desafio de olhar para trás e entender o trajeto vivido. Ao visitar recentemente as famílias com as quais construí as referidas casas nos anos de 1990, pude resignificar o valor de se ter um local para viver e criar a sua família. Mudanças positivas ocorreram naquelas famílias depois de terem construído as suas casas. No entanto, a questão urbana e comunitária do espaço, que eram valores do projeto, perderam a sua importância, devido à sua deterioração, apesar dos laços permanecerem entre os moradores. O espaço que se pretendia coletivo foi abandonado, com cada um melhorando individualmente as suas casas e não mantendo os espaços comunitários, permitindo a apropriação privada por parte de vizinhos violentos e, assim, diminuindo o pretenso potencial do espaço público como promotor de sinergias para o desenvolvimento integral do indivíduo e do seu grupo.

Este artigo procura, portanto, fazer um breve e autoral resgate de uma experiência que tinha a pretensão de melhorar a qualidade de vida e de habitar de grupos de menores recursos. Ao reencontrar os atores desta experiência coletiva da década de 1990 e ao observar os resultados obtidos, aflorou o pensamento de que se estava no caminho certo, mas que, em algum momento, o que parecia fazer sentido se perdeu nos meandros sociais, culturais e político-económicos, deixando de ter o efeito desejado. Destaca-se, por exemplo, a questão da autonomia comunitária e do direito à participação, paradigmáticos, que em um contexto de escassez e de fragilidade democrática, respectivamente, são difíceis de serem colocados em prática, ou seja, são perfeitos enquanto modelo e discurso, mas na prática quotidiana se esvaem e não prevalecem. Em conversa com o pesquisador e também participante da experiência, o Professor Doutor Renato Pequeno (UFC<sup>3</sup>), surgiu dele a expressão que dá título a este artigo – *De volta ao Futuro*<sup>4</sup> – revelando que o futuro almejado ficou estacionado naquelas práticas e que hoje reaparece sob a forma de discursos aparentemente novos. O modelo de intervenção que esteve presente nos anos de 1990 retorna através da Nova Agenda Urbana, que privilegia aspectos que foram traba-

lhados desde o Habitat I em Vancouver, há mais de 40 anos atrás, quando se apostou no quotidiano do morador das favelas e periferias como um agente qualificado do seu destino. Menos ou mais participação ocorreu na prática desde então, trazendo para o centro da questão o morador que é frequentemente vítima de uma visão elitista e burocrática do Estado, ao considerar a população inapta para dirigir e tomar decisões sobre o seu próprio futuro. Ou seja, este artigo é um convite para revisitar o futuro anunciado nos anos de 1990 e, assim, nesta lente imaginativa que perpassa dimensões espaço/tempo, se poder tirar lições para o presente e o futuro em que se vive. Neste sentido, optou-se por uma metodologia de carácter historiográfico ao analisar as condições que deram origem aos projetos dos anos de 1990, para assim entender e descrever a experiência, trazendo à tona a sua influência sobre os acontecimentos no início do século XXI e concluir com o aprendizado resultante da sua (re)aparição como Nova Agenda Urbana. Foram utilizadas fontes bibliográficas que relatavam a experiência e os conceitos envolvidos, entrevistas informais com atores da época, baseando-se sobretudo num relato pessoal e analítico da autora.

Vale a pena ressaltar que este artigo não tem a pretensão de realizar uma avaliação dos programas mencionados. Na verdade, é um relato pessoal de quem viveu a experiência e tenta estabelecer alguns critérios de análise, ainda que superficiais, do ocorrido. O objetivo, portanto, é levantar questões e refletir sobre ideias e práticas de intervenção local que possam alimentar o pensamento de como operacionalizar o direito à cidade, na perspectiva emancipadora e de coprodução do espaço de Henri Lefebvre (1968), como paradigma resiliente de quem procura uma sociedade mais democrática e igual, com mais justiça social e espacial.

## Do Início

Partindo do que antecedeu na década de 1990, recorte temporal desta experiência, pode-se afirmar que se viveu uma fase mais de intenção do que de produção pública de habitação de interesse social. O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em pleno regime militar, tinha um discurso político voltado para a provisão de habitação para as camadas populares, manipulado e utilizado em prol do mercado imobiliário e da construção civil, ao atender de maneira prioritária uma classe média assalariada, que pode-

<sup>2</sup> Dados sobre a EPUPP podem ser encontrados em Cavalcanti (1996) e no sítio da ABONG (<http://www.abong.org.br/informes.php?id=1609&it=1613>).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará.

<sup>4</sup> Em referência ao filme: *Back to the Future*.

ria arcar com os custos de um financiamento, e ao não incentivar a autoconstrução como forma de ampliar o acesso da população mais pobre aos produtos habitacionais (Azevedo, 1988; Valladares, 1993; Maricato, 2011). A análise da produção do BNH, consolidada por diversos autores, afirma que a questão social não era o principal motivador da construção das casas, procurando principalmente mercado para as construtoras e 'desova' de terrenos localizados longe dos centros (o que valorizaria as áreas intermediárias, geralmente propriedades de latifundiários urbanos), muitas vezes impróprios para a construção, tendo como resultado final um tecido urbano desarticulado, cujos problemas de continuidade restaram como herança para a sociedade. Outros problemas relativos a esses conjuntos habitacionais foram a falta de saneamento, de mobiliário urbano, de espaços de lazer, de áreas verdes, de espaços comerciais e de equipamentos públicos.

A partir de uma avaliação negativa deste modelo de solução dos problemas urbanos e habitacionais adotado no Brasil, fruto de uma discussão mundial (Habitat I) em torno da solução dada pela própria população (Fathy, 1976; Turner, 1976), alguns movimentos sociais, ONGs, sindicatos e associações profissionais criaram o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Vale a pena destacar que a reforma urbana já estava na agenda da esquerda brasileira antes do golpe de Estado em 1964 (Avritzer, 2010), mas só retornou com a democratização, agora 'turbinada' pela desastrosa experiência do BNH, o caos urbano resultante, a discussão global do tema e a reorganização de um grande número de associações de moradores. O MNRU (1982-2001), portanto, atuou nos debates sobre a reforma urbana, sendo o motor para que fossem incluídos na Constituição de 1988 dois artigos sobre o desenvolvimento urbano. O MNRU formou-se no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), que finalmente conseguiu aprovar o Estatuto da Cidade (2001) e continua a atuar nas discussões sobre a ainda não alcançada reforma urbana, se espalhando por todo o Brasil em fóruns regionais, estaduais e locais com maior ou menor atividade, de acordo com as dinâmicas políticas locais e nacionais. Uma das principais reivindicações está ligada à função social da cidade e da propriedade, que se pensaria poder atingir com o uso de instrumentos urbanísticos, mas que até hoje tem sido pouco utilizada devido principalmente à captura do Estado pelos interesses do mercado: a financeirização do desenvolvimento urbano e habitacional como nova fronteira do capital (Rolnik, 2015).

## Propostas Alternativas

Como braços executivos das ideias do FNRU e diante a clara aliança entre o Estado e o setor privado na esteira do neoliberalismo dos anos de 1990, surgem experiências autogestionárias apoiadas por governos progressistas ansiosos por dar uma solução que não passasse pelo setor privado. Entre tantas outras experiências (projetos de ONGs tais como FASE, Pólis, ARRUAR, USINA), destaca-se aqui a criação e ação de uma ONG em Fortaleza que inaugurou, com o seu modo de agir, uma forma ainda pouco explorada no Brasil de participação comunitária e profissional na solução dos problemas urbanos e habitacionais. O Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia) nasce de um grupo de assistentes sociais que trabalharam em mutirões habitacionais, que decidiu construir uma alternativa de ação junto dos movimentos sociais e famílias para intervir de maneira participativa e protagonista na efetivação do direito à cidade no estado do Ceará.

Neste ambiente, e como desdobramento de um pequeno projeto de mutirão em Fortaleza (Mutirão 50, Imagem 1), surge o Programa Comunidades, que se propõe fornecer uma proposta de solução dos problemas habitacionais da população de baixa renda. O programa, portanto, dedicava-se a trabalhar com os excluídos (parcela da população pouco atingida pelas políticas públicas); a reforçar a descentralização municipal (indo na contramão da visão concentradora do estado federativo central brasileiro) e a respeitar a cultura popular (buscando no local o sentido para as metodologias empregadas e os resultados esperados).

Os objetivos do programa pretendiam ser alcançados através de estratégias divididas em três componentes – Criação de Emprego e Renda; Urbanização/Habitação e Formação e Comunicação –, onde se apostou, entre outras atividades, na Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular (Imagem 2). Pela EPUPP, passaram mais de 600 lideranças comunitárias, numa proposta de formação coletiva onde cada participante deveria constituir um grupo de apoio local e assim elaborar um projeto de desenvolvimento da sua comunidade, levando em consideração suas condicionantes e potencialidades. Dentro de uma perspectiva emancipatória, os egressos da Escola consolidaram saberes e fazeres e trilharam caminhos variados na procura do direito à cidade: nos partidos políticos, no serviço público, nas ONGs, em cargos eletivos e nas asso-

ciações de moradores, sendo ainda hoje as principais lideranças da cidade. A EPUPP caminhava na direção de romper silêncios e silenciamentos, contrariando as rupturas de tecidos comunitários ao procurar romper a hegemonia ideológica e de pensamento (Walsh, 2017).

Os projetos citados alcançaram bons resultados, beneficiando um grande número de famílias e cumpriu seu papel de disseminador de boas ideias que hoje ressurgem como novidades pela falta de conhecimento do que foi realizado e pela falta de continuidade dos programas que, com raras exceções, não se tornaram em políticas públicas monitorizadas por um controle social efetivo.

### Das experiências às políticas públicas

A partir das experiências apresentadas acima e de várias outras que se espalharam pelo Brasil, tanto de ONGs e movimentos sociais, como de governos locais e estaduais progressistas, começou-se a pensar numa proposta nacional baseada no Projeto de Lei Estatuto da Cidade<sup>5</sup>, que tratasse a questão urbana e habitacional de maneira inclusiva e participativa. Nasce, assim, o Projeto Moradia em 2000, que vai propor uma estrutura que responda aos inúmeros desafios que o setor enfrentava no Brasil, com uma taxa de urbanização assustadora, um baixo nível de investimento na área e, principalmente, um grave problema de acesso à terra. O Projeto Moradia propôs um Sistema Nacional de Habitação (SNH), envolvendo e responsabilizando os três entes federativos (municipal, estadual e federal): a criação de um novo Ministério (o das Cidades); o controle social das ações; uma política de subsídios, facilitando o acesso das famílias de baixa renda; a intenção de baratear o acesso à terra e, assim, dizer não à especulação e aos imóveis ociosos. Naquele momento, estava claro que só se resolveria a questão da habitação de interesse social se houvesse uma forte intervenção no mercado fundiário (Bonduki, 2009).

Nos anos de 2003 a 2006, o Brasil teve a possibilidade de massificar as ideias e experiências locais através da ascensão do Presidente Lula, que decidiu, num primeiro momento, garantir o controle político do Ministério das Cidades e assim conseguiu implantar ideias importantes, tais como: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), criados para atender famílias com renda mensal até três salários mínimos e o sistema de controle social

das políticas urbanas, através de Conferências e Conselhos da Cidade nos três níveis de governo. No entanto, em nome da governabilidade, alianças políticas foram realizadas, entregando-se ao Ministério das Cidades a partidos sem compromisso com a Reforma Urbana. No sentido de privilegiar o setor privado, as novas gestões políticas do Ministério das Cidades tomam medidas que beneficiam o setor da construção civil em troca de favores eleitoralistas, tais como a desoneração tributária da construção civil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o PAC Habitação, uma cartada final anunciada como um grande programa habitacional, mas



Imagem 1 - Mutirão 50

Fonte: Ritmos Urbanos, 1994

Imagem 2 - Desdobramentos da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular

Fonte: CEARAH Periferia

(leitura de cima para baixo)

<sup>5</sup> Lei 10.257 de 10 de julho de 2001[1], que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.

que, na realidade, constituiu uma medida anticíclica face à crise de 2008, o chamado programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV).

A partir de 2009, enfatizou-se a quantidade de habitações em detrimento dos aspectos qualitativos da política urbana e habitacional. Portanto, a escala impressionante do programa MCMV (Imagem 3) e o grande número de pessoas beneficiadas foi o grande diferencial das fases anteriores: R\$ 572,11 bilhões foram investidos, dando origem a mais de 4 milhões de unidades habitacionais, beneficiando 10 milhões de pessoas em mais de 5.300 municípios (2016). No entanto, repetiram-se erros passados, tais como aqueles resultantes das políticas implantadas pelo BNH, e não aproveitaram a experiência adquiridas nos anos de 1990, trazendo novas formas de exclusão social e fornecendo o objeto (a casa) sem pensar no contexto (a cidade). Em suma, ofereceu-se habitação sem cidade, conforme descrito por Bonduki (2009), uma produção de baixa qualidade arquitetônica e inadequada inserção urbana, para além de não se dialogar com as práticas tradicionais de produção de habitação popular, de maneira geral.

Apesar do alto grau de investimento os problemas urbanos e habitacionais, quer do ponto de vista qualitativo, quer do ponto de vista quantitativo, não foram resolvidos, pois dedicou-se exclusivamente a novas construções e investiu-se pouco em urbanização de assentamentos precários e em melhorias habitacionais, das áreas mais deficitárias da questão urbana no Brasil. Estudos demonstram que o déficit e a ina-



Imagem 3 - Exemplo de conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida  
Fonte: <http://feiraodacaixa2017.com.br/minha-casa-minha-vida-rondonia-2017/>

dequação habitacional no Brasil não foram muito alterados, pois o programa MCMV foi usado como moeda política e sabe-se de áreas em que as casas foram destinadas para quem já tinha casa, onde muitas casas estão fechadas e outras ocupadas irregularmente não atendendo de forma consequente o público alvo. Dados recentes do déficit habitacional (FJP, 2017) apontam para o seu aumento, principalmente do ônus excessivo com o aluguer, resultado aparentemente relacionado com o aquecimento do mercado imobiliário de aluguer, devido à ampliação do parque habitacional. Para além disso, a maioria dos novos conjuntos habitacionais gerou maiores problemas urbanos, tais como o isolamento e a desconexão com o sistema urbano existente, pois, na maioria dos casos, por causa do preço da terra, os conjuntos são construídos muito distantes dos centros urbanos; e a baixa qualidade construtiva e urbanística, onde se verifica a ausência de equipamentos e serviços públicos, acarreta os já mencionados imóveis vazios, aluguer e comércio de casas.

## Resultados

Conforme anunciado no início deste artigo, muito do que se pensou e praticou nos anos de 1990 como solução para os problemas urbanos reaparece de forma contundente na Nova Agenda Urbana. Infelizmente, 20 anos passaram e, apesar das práticas e experiências terem sido exitosas, muitas delas não tiveram continuidade e/ou foram substituídas por suas antíteses, o que nos leva a perguntar: valeu a pena discutir e agora adotar a Nova (velha) Agenda Urbana contendo muitas semelhanças com o que se postulava nos anos de 1990? A Nova Agenda Urbana, ao insistir em certos paradigmas que são mais ação sobre efeitos do que sobre as causas, contribui para continuar adiando uma solução para os pobres urbanos sem direito à cidade que não seja a resiliência, vocábulo mais recente, e a sustentabilidade, conceito questionável, diante do curso inexorável do desenvolvimento urbano neoliberal.

Apesar de ser uma reivindicação desde os anos de 1960, o direito à cidade reaparece na Nova Agenda Urbana como "um novo paradigma para o Desenvolvimento Urbano" e como "o centro da nova Agenda Urbana", para além de reconhecer a cidade como "um bem comum" (Alfonsin *et al.*, 2017). A democracia e a participação enfatizadas nos anos 1990 são reconfirmados na Nova Agenda Urbana, com o objetivo de fortalecer indivíduos e comunidades. A Nova

Agenda Urbana distingue a cidade informal como um rico e produtivo espaço, valorizando o saber local, para além de não censurar a vulnerabilidade social, o que já se fazia nos anos de 1990 e muito antes com Fathy (1976), Turner (1976) e outros, ao reconhecer o valor das soluções que os próprios moradores de favelas davam aos seus problemas habitacionais e urbanos.

Na Nova Agenda Urbana aparece o princípio da função social da terra, englobando as funções rurais e urbanas de modo a provocar uma maior integração e o desenvolvimento social e económico, o que faz todo o sentido em termos teóricos. No entanto, a função social da cidade e da propriedade debatida nos anos de 1990 continua muito difícil de ser colocada em prática, tendo em vista a concentração de propriedade de terras urbanas na mão de poucos e a não utilização dos instrumentos reguladores disponíveis por causa dos interesses privados.

Fica claro que não há grandes novidades na Nova Agenda Urbana e que, neste *flash back*, continua válida a percepção de que, desde sempre, a única saída para modificar ou influenciar as políticas e os políticos reside nas possibilidades de uma ação coletiva, como era a prática nos anos de 1990, para a qual a escola de lideranças (EPUPP) foi fundamental. Os últimos anos viram surgir o urbanismo de guerrilha, o urbanismo tático, o urbanismo insurgente (Miraftab, 2016), o urbanismo pop-up, o urbanismo “faça você mesmo” (*do it yourself – DIY urbanism*), o ativismo e as práticas insurgentes como movimentos em direção a processos participativos de planeamento e implementação de políticas que são versões atualizadas, ciberneticamente construídas, dos mutirões, dos processos de desenho participativo e das ocupações de terra que, já naquele momento e ainda hoje, desafiam as respostas técnico-burocráticas aos problemas urbanos.

Diante deste panorama e do relato pessoal da experiência, apresento alguns pontos de reflexão para os que militam nesta seara. Como um dos maiores problemas tem sido a terra para os pobres, a luta deverá ser focada na sua conquista, como tem feito historicamente o Movimento Sem Terra no Brasil. No entanto, considerando as dificuldades de ter terra bem localizada para a habitação de interesse social na matriz de poder atual, nos novos projetos, deverá minimizar-se o isolamento dos moradores ao distribuir as intervenções pelo território e ao criar novas centralidades com os equipamentos e atividades económicas, sociais e culturais necessárias para uma vida local. Deverão também explorar-se as possibilidades de adensar as áreas centrais com

habitação de interesse social, considerando que nos novos assentamentos centrais seja incluída uma percentagem de habitação para famílias de baixa renda e para uso misto, quebrando assim o ciclo do isolamento e da segregação espacial. Defende-se assim a construção de edifícios de habitação de interesse social distribuídos nos diferentes bairros em vez de bairros inteiros de habitação de interesse social (Henriques, 2017), que se tornam guetos.

Sugere-se também fortalecer a autoconstrução com a implantação de programas de financiamento incluindo crédito e subsídio, bancos de materiais, serviços de assistência técnica para melhorar a qualidade do construído nos bairros populares e, desta forma, abrir novas frentes de trabalho para pedreiros, pequenas empresas e profissionais. As universidades, as escolas técnicas, as empresas, as ONGs e a sociedade civil organizada devem utilizar tecnologias apropriadas à produção social pois nem sempre os métodos usados são compatíveis com as necessidades e condições locais. O poder público deve-se preparar para conduzir e mediar os diversos interesses disponibilizando equipas técnicas e recursos.

De maneira fundamental, não se pode trabalhar a questão urbana e habitacional sem levar em conta a dimensão económica através da integração do emprego, da capacitação e da urbanização, devendo verificar-se e potenciar-se as possibilidades de geração de trabalho e renda a partir da localização, da construção e das necessidades quotidianas das unidades habitacionais construídas. Outro aspecto fundamental e que se constitui no maior desafio de como operacionalizar o direito à cidade é reforçar as organizações sociais, entre elas as associações comunitárias, as ONGs e as cooperativas para serem capazes de gerir de forma autónoma o espaço onde vivem. O tema da permanência da organização e mobilização comunitária continua sendo um dos desafios para a gestão popular dos bairros e favelas. Um modelo de formação de lideranças atrelado a um esquema de financiamento das suas atividades que envolvam trabalho social remunerado pode ser uma alternativa. Muitos dos líderes acabam sendo cooptados por partidos políticos por não terem uma estratégia de sobrevivência que lhes conceda autonomia de ação.

É importante entender a Nova Agenda Urbana como um documento que retrata o momento em que foi assinada. Apesar do discurso progressista, ela reforça a cidade do espetáculo gerada após Habitat II, que transforma a cidade em mercadoria global. No entanto, a série de insurgências e o reforço da autonomia das comu-

nidades pobres podem dar ao caminho um novo fôlego em direção ao direito à cidade.

Apesar dos principais temas se repetirem e não se aprofundarem na solução dos impasses, ter a Nova Agenda Urbana assinada por tantos países é um alento e uma possibilidade de trazer o futuro de volta, reavivando a esperança de imaginar e construir outros modos de habitar o mundo.

### Referências bibliográficas

- Alfonsin, B.; Saltz, A.; Fernandez, D.; Vivan Filho, G.; Faccenda, G.; Muller, R. (2017), "Das ruas de Paris a Quito: o direito à cidade na nova agenda urbana - Habitat III", *Revista de Direito da Cidade*, Vol. 9, n.º 3, pp. 1214-1246.
- Avritzer, L. (2010), "Sociedade civil e participação no Brasil democrático", em Leonardo Avritzer (org.), *Experiências nacionais de participação social*, Belo Horizonte: Cortez, pp. 27-54.
- Azevedo, S. (1988), "Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH", *Revista de Administração Pública*, n.º 22, pp. 107-119.
- Baschet, J. (2014), *Adieux au capitalisme. Autonomie, société du bien-vivre et multiplicité des mondes*, Paris: La Découverte.
- Bonduki, N. (2009), "Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida", *Teoria e Debate*, pp. 1-10.
- Cavalcanti, D. (1996), "Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular", em Nabil Bonduki (org.) *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*, São Paulo: Studio Nobel, pp. 314-322.
- Fathy, H. (1976), *Architecture for the Poor: An Experiment in Rural Egypt*, Chicago: University of Chicago Press.
- FJP. (2017), *Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares*, Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Informações.
- Henriques, J. M. (2017), *Síntese oral do Seminário: Repensar a intervenção em bairros sociais - Realidades e Desafios*, Lourinhã, Portugal.
- Lefebvre, H. (1968), *Le Droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- Maricato, E. (2011), *O impasse da política urbana no Brasil*, Rio de Janeiro: Vozes.
- Miraftab, F. (2016), "Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano", *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, pp. 363-377.
- Rolnik, R. (2015), *Guerra dos Lugares*, São Paulo: Boitempo.
- Souza, M. L. (2016), *Mudar a Cidade - uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbana*, São Paulo: Bertrand Brasil.
- Turner, J. (1976), *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments, Ideas in progress*, Londres: Marion Boyars.
- Valladares, L. P. (1993), *Repensando a habitação no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Walsh, C. (2017), "Interculturalidad y (de) colonialidad? Gritos, grietas y siembras desde Abya-Yala", em A. Garcia Diniz et. al. (orgs.), *Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização*, São Carlos: Pedro & João Editores, pp. 19 -53.